



Exmo. Senhor Presidente da República,

Exmo. Senhor Primeiro-Ministro,

Exmo. Senhor Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior,

Exmo. Senhor Ministro das Finanças,

A Federação Académica de Lisboa tem vindo a alertar nos últimos 7 meses para que haja garantias de execução dos fundos previstos no PRR para alojamento estudantil, posição subscrita pelo Movimento Nacional Estudantil no Encontro Nacional de Direções Associativas de maio do presente ano. Transmitimos este alerta e receio quer ao Governo quer a vários Grupos Parlamentares, incluindo ao do partido afeto ao Governo e apelámos ao cumprimento da palavra dada.

Tomámos esta posição porque a falta de execução do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, somada ao facto dos 375 milhões de euros previstos no Plano de Recuperação e Resiliência para duplicar o número de camas até 2026 decorrerem de empréstimo da Comissão Europeia a Portugal e não de fundo perdido preocupa-nos desde o princípio.

Sabemos que a Tutela está consciente da necessidade de aumentar a oferta pública de alojamento estudantil, mas sabemos também que paira no ar um braço-de-ferro que pode pôr em causa a duplicação da oferta prospetivada. Uma notícia do Público do início do mês de dezembro sugeria que existe a intenção de atribuir os fundos às Instituições de Ensino Superior sob a forma de empréstimo, violando o compromisso do governo, o que dá sentido à nossa grande apreensão. Recordamos que os quartos da Ação Social não são lucrativos, pelo que fórmulas de financiamento à sua construção com base em empréstimo não farão sentido para as Instituições de Ensino Superior e comprometerão os objetivos mencionados.

Recordamos também todos os que não ingressam na sua opção de preferência devido ao custo do alojamento e todos os que vivem em condições habitacionais menos dignas para poder frequentar o Ensino Superior. Relembramos o preço médio por quarto de estudante em Lisboa (326 euros em 2021 de acordo com o observatório do Alojamento Estudantil) e os dados



publicados pelo EDULOG que concluem que o rendimento familiar é determinante para o Abandono Escolar no Ensino Superior.

Apelamos, por isso, ao apoio do Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior e, em particular, ao Sr. Ministro das Finanças para que não se cometa este erro e se publique a portaria necessária para a execução destes objetivos ambiciosos, mas urgentes.

Agradecemos a atenção e deixamos os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 14 de dezembro de 2021,

(Presidente da Federação Académica de Lisboa)